

# LEGISLAÇÃO EM DESTAQUE

## 1 LEGISLAÇÃO FEDERAL

### 1.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

<a href="#">Emenda Constitucional n. 114, de 16 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 17 dez. 2021	Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.
<a href="#">Emenda Constitucional n. 113, de 8 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 9 dez. 2021	Altera a Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer o novo regime de pagamentos de precatórios, modificar normas relativas ao Novo Regime Fiscal e autorizar o parcelamento de débitos previdenciários dos Municípios; e dá outras providências.
<a href="#">Emenda Constitucional n. 112, de 27 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 28 out. 2021	Altera o art. 159 da Constituição Federal para disciplinar a distribuição de recursos pela União ao Fundo de Participação dos Municípios.

### 1.2 LEIS COMPLEMENTARES

<a href="#">Lei Complementar n. 188, de 31 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 31 dez. 2021 - Edição extra	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte), para modificar a composição e o funcionamento do Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) e ampliar o âmbito de aplicação de seu regime tributário.
<a href="#">Lei Complementar n. 187, de 16 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 17 dez. 2021	Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal; altera as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e 9.532, de 10 de dezembro de 1997; revoga a Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e dispositivos das Leis nºs 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 12.249, de 11 de junho de 2010; e dá outras providências.
<a href="#">Lei Complementar n. 186, de 27 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 28 out. 2021	Altera a Lei Complementar nº 160, de 7 de agosto de 2017, para permitir a prorrogação, por até 15 (quinze) anos, das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais vinculados ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) destinados à manutenção ou ao incremento das atividades comerciais, desde que o beneficiário seja o real remetente da mercadoria, às prestações interestaduais com produtos agropecuários e extrativos vegetais in natura e à manutenção ou ao incremento das atividades portuária e aeroportuária vinculadas ao comércio internacional, incluída a operação subsequente à da importação, praticada pelo contribuinte importador; e dá outras providências.
<a href="#">Lei Complementar n. 185, de 6 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 7 out. 2021	Altera o art. 2º da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, para incluir Municípios dos Estados de Minas Gerais e do Espírito Santo na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

## 1.3 LEIS ORDINÁRIAS

<p><a href="#">Lei n. 14.288, de 31 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 jan. 2022</p>	<p>Altera a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, para prorrogar o prazo referente à contribuição previdenciária sobre a receita bruta, e a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, para prorrogar o prazo referente a acréscimo de alíquota da Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social devida pelo Importador de Bens Estrangeiros ou Serviços do Exterior (Cofins-Importação), nos termos que especifica.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.287, de 31 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 3 jan. 2022</p>	<p>Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para prorrogar a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis de passageiros e para estender o benefício para as pessoas com deficiência auditiva.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.286, de 29 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 dez. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no País e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil; altera as Leis n os 4.131, de 3 de setembro de 1962, 4.728, de 14 de julho de 1965, 8.383, de 30 de dezembro de 1991, 10.192, de 14 de fevereiro de 2001, e 11.371, de 28 de novembro de 2006, e o Decreto nº 23.258, de 19 de outubro de 1933; e revoga as Leis n os 156, de 27 de novembro de 1947, 1.383, de 13 de junho de 1951, 1.807, de 7 de janeiro de 1953, 2.145, de 29 de dezembro de 1953, 2.698, de 27 de dezembro de 1955, 4.390, de 29 de agosto de 1964, 5.331, de 11 de outubro de 1967, 9.813, de 23 de agosto de 1999, e 13.017, de 21 de julho de 2014, os Decretos-Leis n os 1.201, de 8 de abril de 1939, 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, 9.602, de 16 de agosto de 1946, 9.863, de 13 de setembro de 1946, e 857, de 11 de setembro de 1969, a Medida Provisória nº 2.224, de 4 de setembro de 2001, e dispositivos das Leis n os 4.182, de 13 de novembro de 1920, 3.244, de 14 de agosto de 1957, 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 5.409, de 9 de abril de 1968, 6.099, de 12 de setembro de 1974, 7.738, de 9 de março de 1989, 8.021, de 12 de abril de 1990, 8.880, de 27 de maio de 1994, 9.069, de 29 de junho de 1995, 9.529, de 10 de dezembro de 1997, 11.803, de 5 de novembro de 2008, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 13.292, de 31 de maio de 2016, e 13.506, de 13 de novembro de 2017, e dos Decretos-Leis n os 2.440, de 23 de julho de 1940, 1.060, de 21 de outubro de 1969, 1.986, de 28 de dezembro de 1982, e 2.285, de 23 de julho de 1986.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.285, de 29 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 dez. 2021</p>	<p>Altera as Leis nºs 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre regularização fundiária em terras da União, e 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, para dispor sobre as áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água em áreas urbanas consolidadas.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.284, de 29 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 30 dez. 2021</p>	<p>Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.276, de 27 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 28 dez. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.275, de 23 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 24 dez. 2021</p>	<p>Dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19; altera as Leis nºs 13.340, de 28 de setembro de 2016, e 13.606, de 9 de janeiro de 2018; e dá outras providências (Lei Assis Carvalho II).</p>

<p><a href="#">Lei n. 14.273, de 23 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 23 dez. 2021 - Edição extra</p>	<p>Estabelece a Lei das Ferrovias; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.636, de 15 de maio de 1998, 10.233, de 5 de junho de 2001, 10.257, de 10 de julho de 2001, 10.636, de 30 de dezembro de 2002, 12.815, de 5 de junho de 2013, 12.379, de 6 de janeiro de 2011, e 13.448, de 5 de junho de 2017; e revoga a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.261, de 16 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 17 dez. 2021</p>	<p>Cria o Ministério do Trabalho e Previdência; altera as Leis nºs 13.844, de 18 de junho de 2019, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e 8.036, de 11 de maio de 1990, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga dispositivos da Lei nº 13.846, de 18 de junho de 2019; e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.260, de 8 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 9 dez.2021</p>	<p>Estabelece incentivos à indústria da reciclagem; e cria o Fundo de Apoio para Ações Voltadas à Reciclagem (Favorecycle) e Fundos de Investimentos para Projetos de Reciclagem (ProRecicle).</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.259, de 7 de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicado no D.O.U. de 8 dez.2021</p>	<p>Altera a Lei nº 14.124, de 10 de março de 2021, que dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.257, de 1º de dezembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 2 dez. 2021</p>	<p>Institui o Programa de Estímulo ao Crédito (PEC); dispõe sobre o crédito presumido apurado com base em créditos decorrentes de diferenças temporárias; e altera as Leis nºs 13.999, de 18 de maio de 2020, 14.161, de 2 de junho de 2021, e 10.150, de 21 de dezembro de 2000.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.250, de 25 de novembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 26 nov. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a eliminação controlada de materiais, de fluidos, de transformadores, de capacitores e de demais equipamentos elétricos contaminados por bifenilas policloradas (PCBs) e por seus resíduos.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.248, de 25 de novembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 26 nov. 2021</p>	<p>Estabelece o Programa Nacional do Bioquerosene para o incentivo à pesquisa e o fomento da produção de energia à base de biomassas, visando à sustentabilidade da aviação brasileira.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.245, de 22 de novembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 23 nov. 2021</p>	<p>Altera os Decretos-Leis nºs 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer).</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.237, de 19 de novembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 22 nov. 2021</p>	<p>Institui o auxílio Gás dos Brasileiros; e altera a Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.235, de 11 de novembro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 11 nov. 2021- Edição extra</p>	<p>Altera o Anexo I à Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023.</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.232, de 28 de outubro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 29 out. 2021</p>	<p>Institui a Política Nacional de Dados e Informações relacionadas à Violência contra as Mulheres (PNAINFO).</p>
<p><a href="#">Lei n. 14.230, de 25 de outubro de 2021</a></p> <p>Publicada no D.O.U. de 26 out. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.</p>

<a href="#">Lei n. 14.229, de 21 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 22 out. 2021	Altera a Lei nº 7.408, de 25 de novembro de 1985, e a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para dispor sobre a fiscalização do excesso de peso dos veículos; altera a Lei nº 10.209, de 23 de março de 2001, para dispor sobre a prescrição da cobrança de multa ou indenização nos termos que especifica; e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 14.227, de 20 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 21 out. 2021	Altera a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, a Lei nº 9.126, de 10 de novembro de 1995, a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001.
<a href="#">Lei n. 14.226, de 20 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 21 out. 2021	Dispõe sobre a criação do Tribunal Regional Federal da 6ª Região e altera a Lei nº 11.798, de 29 de outubro de 2008, para modificar a composição do Conselho da Justiça Federal.
<a href="#">Lei n. 14.222, de 15 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 18 out. 2021	Cria a Autoridade Nacional de Segurança Nuclear (ANSN); altera as Leis nºs 4.118, de 27 de agosto de 1962, 6.189, de 16 de dezembro de 1974, 6.453, de 17 de outubro de 1977, 9.765, de 17 de dezembro de 1998, 8.691, de 28 de julho de 1993, e 10.308, de 20 de novembro de 2001; e revoga a Lei nº 13.976, de 7 de janeiro de 2020.
<a href="#">Lei n. 14.218, de 13 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 14 out. 2021	Altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da Covid-19 e suas consequências.
<a href="#">Lei n. 14.217, de 13 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 14 out. 2021	Dispõe sobre medidas excepcionais para a aquisição de bens e de insumos e para a contratação de serviços, inclusive de engenharia, destinados ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.
<a href="#">Lei n. 14.216, de 7 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 8 out. 2021	Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias.
<a href="#">Lei n. 14.215, de 7 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 8 out. 2021	Institui normas de caráter transitório aplicáveis a parcerias celebradas pela administração pública durante a vigência de medidas restritivas relacionadas ao combate à pandemia de covid-19, e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 14.214, de 6 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 7 out. 2021	Institui o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual; e altera a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, para determinar que as cestas básicas entregues no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) deverão conter como item essencial o absorvente higiênico feminino.
<a href="#">Lei n. 14.213, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 5 out. 2021 - Edição extra	Altera a Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021.
<a href="#">Lei n. 14.212, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 5 out. 2021 - Edição extra	Altera a Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2021.
<a href="#">Lei n. 14.211, de 1º de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.U. de 1º out. 2021 - Edição extra	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para ajustar a sua redação à vedação constitucional de coligações nas eleições proporcionais; para fixar critérios para a participação dos partidos e dos candidatos na distribuição dos lugares pelo critério das maiores médias nas eleições proporcionais; e para reduzir o limite de candidatos que cada partido poderá registrar nas eleições proporcionais.

## 1.4 DECRETOS

<a href="#">Decreto n. 10.923, de 30 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 31.12.2021	Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.
<a href="#">Decreto n. 10.922, de 30 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 31.12.2021	Dispõe sobre a atualização dos valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - de Licitações e Contratos Administrativos.
<a href="#">Decreto n. 10.919, de 29 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 30.12.2021	Prorroga a concessão do Benefício Extraordinário destinado às famílias beneficiárias do Programa Auxílio Brasil.
<a href="#">Decreto n. 10.918, de 29 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 30.12.2021	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, de que trata o art. 32 da Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, e sobre o Conselho do Fundo de Desenvolvimento da Infraestrutura Regional Sustentável, de que trata o art. 35 da Lei nº 12.712, de 2012.
<a href="#">Decreto n. 10.909, de 22 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 23 dez. 2021	Prorroga o prazo previsto no Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021, de exercício das atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República.
<a href="#">Decreto n. 10.908, de 21 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 22 dez. 2021	Altera o Decreto nº 9.853, de 25 de junho de 2019, que dispõe sobre a Comissão Interministerial Brasil 200 Anos.
<a href="#">Decreto n. 10.906, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 21 dez. 2021	Institui o Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio.
<a href="#">Decreto n. 10.905, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 21 dez. 2021	Dispõe sobre o Conselho Nacional do Trabalho, a Comissão Tripartite Paritária Permanente, o Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador e o Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.
<a href="#">Decreto n. 10.900, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 17 dez. 2021 - Edição extra	Dispõe sobre o Serviço de Identificação do Cidadão e a governança da identificação das pessoas naturais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e altera o Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, o Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, e o Decreto nº 9.278, de 5 de fevereiro de 2018.
<a href="#">Decreto n. 10.899, de 16 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 17 dez. 2021	Altera o Decreto nº 10.496, de 28 de setembro de 2020, que institui o Cadastro Integrado de Projetos de Investimento.
<a href="#">Decreto n. 10.895, de 16 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 16 dez. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997, para dispor sobre a aplicação dos recursos do Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades-fim da Polícia Federal - FUNAPOL.
<a href="#">Decreto n. 10.893, de 14 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 14 dez. 2021 - Edição extra	Regulamenta o § 1º-C do art.26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, que institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica.
<a href="#">Decreto n. 10.892, de 13 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 14 dez. 2021	Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG das empresas estatais federais para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências.

<a href="#">Decreto n. 10.891, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 10 dez. 2021	Altera o Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, para dispor sobre o benefício fiscal concedido às empresas que produzem bens e serviços do setor de tecnologias da informação e de comunicação na Zona Franca de Manaus e que investem em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação na Amazônia Ocidental ou no Estado do Amapá.
<a href="#">Decreto n. 10.890, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 10 dez. 2021	Altera o Decreto nº 9.492, de 5 de setembro de 2018, e o Decreto nº 10.153, de 3 de dezembro de 2019, para dispor sobre a proteção ao denunciante de ilícitos e de irregularidades praticados contra a administração pública federal direta e indireta.
<a href="#">Decreto n. 10.889, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 10 dez. 2021	Regulamenta o inciso VI do caput do art. 5º e o art. 11 da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, dispõe sobre a divulgação da agenda de compromissos públicos e a participação de agentes públicos, no âmbito do Poder Executivo federal, em audiências e sobre a concessão de hospitalidades por agente privado, e institui o Sistema Eletrônico de Agendas do Poder Executivo federal - e- Agendas.
<a href="#">Decreto n. 10.888, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 9 dez. 2021 - Edição extra	Dispõe sobre a publicidade e a transparência das comunicações realizadas entre os órgãos, fundos e entidades do Poder Executivo federal e o relator-geral do projeto de lei orçamentária anual sobre a execução de recursos decorrentes de emendas.
<a href="#">Decreto n. 10.887, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 dez. 2021	Altera o Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, que dispõe sobre a organização do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.
<a href="#">Decreto n. 10.886, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 dez. 2021	Institui a Estratégia Nacional de Propriedade Intelectual.
<a href="#">Decreto n. 10.881, de 2 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 3 dez. 2021	Regulamenta o Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021.
<a href="#">Decreto n. 10.880, de 2 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 3 dez. 2021	Regulamenta o Programa Alimenta Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.
<a href="#">Decreto n. 10.870, de 25 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 26 nov. 2021	Altera as relações a que se referem a Seção I do Anexo III à Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, e a Seção I do Anexo III à Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021.
<a href="#">Decreto n. 10.866, de 23 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 23 nov. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 10.852, de 8 de novembro de 2021, para dispor sobre a Bolsa de Iniciação Científica Júnior.
<a href="#">Decreto n. 10.854, de 10 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 11 nov. 2021	Regulamenta disposições relativas à legislação trabalhista e institui o Programa Permanente de Consolidação, Simplificação e Desburocratização de Normas Trabalhistas Infralegais e o Prêmio Nacional Trabalhista, e altera o Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.
<a href="#">Decreto n. 10.852, de 8 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 nov. 2021 - Edição extra	Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021.
<a href="#">Decreto n. 10.851, de 5 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 5 nov. 2021 - Edição extra	Altera o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, e o Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011, para reajustar os valores referenciais de caracterização das situações de pobreza e de extrema pobreza e os valores dos benefícios do Programa Bolsa Família.

<a href="#">Decreto n. 10.846, de 25 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 26 out. 2021	Institui o Programa Nacional de Crescimento Verde.
<a href="#">Decreto n. 10.839, de 18 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 19 out. 2021	Regulamenta os procedimentos administrativos relativos à investigação de existência de subsídios e à aplicação de medidas compensatórias.
<a href="#">Decreto n. 10.836, de 14 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 15 out. 2021	Regulamenta o art. 15-E da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que autoriza os bancos administradores do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste a realizar acordos de renegociação extraordinária de operações de crédito inadimplidas sob a sua gestão.
<a href="#">Decreto n. 10.835, de 14 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 15 out. 2021	Dispõe sobre as cessões, as requisições e as alterações de exercício para composição da força de trabalho em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.
<a href="#">Decreto n. 10.833, de 7 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 8 out. 2021	Altera o Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins.
<a href="#">Decreto n. 10.831, de 6 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 7 out. 2021	Regulamenta o art. 24 da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências.
<a href="#">Decreto n. 10.828, de 1º de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.U. de 4 out. 2021	Regulamenta a emissão de Cédula de Produto Rural, relacionada às atividades de conservação e recuperação de florestas nativas e de seus biomas, de que trata o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994.

## 2 LEGISLAÇÃO ESTADUAL

### 2.1 EMENDAS CONSTITUCIONAIS

<a href="#">Emenda Constitucional n. 51, de 23 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.A. de 24 nov. 2021	Acresce o art. 243C [que dispõe sobre a representação judicial do Tribunal de Contas do Estado] à Constituição do Estado do Paraná, com a seguinte redação.
<a href="#">Emenda Constitucional n. 50, de 25 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.A. de 27 out. 2021	Cria o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná no âmbito da Segurança Pública do Estado do Paraná.

### 2.2 LEIS COMPLEMENTARES

<a href="#">Lei Complementar n. 243, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Altera a Lei Complementar nº 222, de 5 de maio de 2020, que dispõe sobre o funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – Agepar e dá outras providências.
<a href="#">Lei Complementar n. 242, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Altera as Leis Complementares nº 103, de 14 de março de 2004 e nº 123, de 9 de setembro de 2008, que dispõe sobre Plano de Carreira do Professor e do Quadro de Funcionários da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, respectivamente.

<a href="#">Lei Complementar n. 241, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Altera a Lei Complementar nº 130, de 14 de julho de 2010, que regulamenta o Programa de Desenvolvimento Educacional - PDE no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.
<a href="#">Lei Complementar n. 240, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Altera o inciso X do art.2º da Lei Complementar nº108, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos órgãos da Administração Direta e Autárquica do Poder Executivo.
<a href="#">Lei Complementar n. 239, de 14 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 14 dez. 2021	Dispõe sobre o parcelamento de valores relativos ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, que foram objeto de comunicado de auto regularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, na forma que especifica, altera a legislação tributária e dá outras providências.
<a href="#">Lei Complementar n. 238, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 26 nov. 2021	Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

### 2.3 LEIS ORDINÁRIAS

<a href="#">Lei n. 20.949, de 31 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 31 dez. 2021	Altera a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º da Constituição Federal, e na Lei Complementar Federal nº 87, de 13 de setembro de 1996.
<a href="#">Lei n. 20.948, de 23 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 dez. 2021	Atualiza o Valor de Referência de Custas - VRC.
<a href="#">Lei n. 20.946, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 20 dez. 2021	Dispõe sobre o programa de parcelamento incentivado de créditos tributários relativos ao ICM e ao ICMS, e de créditos não tributários inscritos em dívida ativa pela Secretaria de Estado da Fazenda, nas condições que especifica.
<a href="#">Lei n. 20.945, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 20 dez. 2021	Institui o serviço público de loteria no Estado do Paraná e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.943, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 20 dez. 2021	Institui o Programa Energia Solidária no âmbito do Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.937, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Institui o auxílio-alimentação aos servidores ativos ocupantes das carreiras que especifica.
<a href="#">Lei n. 20.936, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Dispõe sobre a criação da Taxa de Fiscalização e Serviços no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná e seu tratamento tributário.
<a href="#">Lei n. 20.934, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Estabelece as condições para implementação da revisão geral concedida pela Lei nº19.912, de 30 de agosto de 2019 e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.933, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021	Dispõe sobre os parâmetros de financiamento das Universidades Públicas Estaduais do Paraná, estabelece critérios para a eficiência da gestão universitária e dá outros provimentos.



<p><a href="#">Lei n. 20.932, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021</p>	<p>Altera dispositivos da Lei nº 16.372, de 30 de dezembro de 2009, que estabelece o quantitativo, para regularização, dos cargos em comissão e funções gratificadas que se destinam a atender aos encargos de direção, de chefia ou de assessoramento nas Instituições Estaduais de Ensino Superior, e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.931, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021</p>	<p>Altera dispositivo da Lei nº 19.913, de 30 de agosto de 2019, que autoriza o Poder Executivo a conceder a exploração do uso, total ou parcial, de áreas destinadas ao uso público nas Unidades de Conservação, no âmbito do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.929, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021</p>	<p>Torna obrigatória compensação ambiental para empreendimentos geradores de impacto ambiental negativo não mitigável, no âmbito do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.927, de 17 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 dez. 2021</p>	<p>Institui o Diário Eletrônico da Defensoria Pública como meio oficial de comunicação de atos da Defensoria Pública do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.887, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.878, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 20.446, de 18 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a LOA de 2021, e a Lei nº 20.648, de 20 de julho de 2021, que dispõe sobre a LDO de 2022, nos termos que especifica.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.877, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2021</p>	<p>Fixa, a partir de 1º de janeiro de 2022, o Piso Salarial no Estado do Paraná e sua política de valorização e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.875, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 18.451, de 6 de abril de 2015, que instituiu o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.873, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 15 dez. 2021</p>	<p>Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2022.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.868, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 10 dez. 2021</p>	<p>Altera dispositivos da Lei nº 16.575, de 28 de setembro de 2010, que dispõe que a Polícia Militar do Estado do Paraná destina-se à preservação da ordem pública, à polícia ostensiva, à execução de atividades de defesa civil, além de outras atribuições previstas na legislação federal e estadual.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.866, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 10 dez. 2021</p>	<p>Institui, no âmbito do Estado do Paraná, a Política Estadual de Segurança Pública e Defesa Social e dá outras providências.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.863, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 8 dez. 2021</p>	<p>Altera a Lei nº 18.424, de 8 de janeiro de 2015, que instituiu o Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.858, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 8 dez. 2021</p>	<p>Institui a Campanha “Tem Saída” no Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.857, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 8 dez. 2021</p>	<p>Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná.</p>
<p><a href="#">Lei n. 20.827, de 30 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 30 nov. 2021</p>	<p>Dispõe sobre a divulgação dos direitos e deveres relativos à Parentalidade Responsável no Estado do Paraná.</p>

<a href="#">Lei n. 20.826, de 30 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 30 nov. 2021	Autoriza o Poder Executivo a criar Fundos Rotativos para os Órgãos que especifica.
<a href="#">Lei n. 20.818, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 nov. 2021	Altera a Lei nº 20.583, de 26 de maio de 2021, que institui o Auxílio Emergencial para Microempresas (ME) e Microempreendedores Individuais cadastrados nos grupos de atividades econômicas especificados nesta Lei e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.817, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 nov. 2021	Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da CELEPAR.
<a href="#">Lei n. 20.816, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 nov. 2021	Autoriza a administração pública direta e indireta do Estado do Paraná a ceder, a título gratuito, o uso de imóveis ao IBGE, para instalação de Postos de Coleta para levantamento censitário, e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.809, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 nov. 2021	Revoga o inciso I do § 3º do art. 1º da Lei nº 11.571, de 5 de novembro de 1996, que dispõe sobre a instalação obrigatória de itens de segurança nas agências e postos de serviços bancários.
<a href="#">Lei n. 20.807, de 29 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 29 nov. 2021	Altera a Lei nº 16.675, de 20 de dezembro de 2010, que institui a meia-entrada para deficientes físicos nos eventos teatrais realizados em todos os locais públicos de cultura, em casa de diversões, espetáculos, praças esportivas e similares do Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.807, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 23 nov. 2021	Acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.790, de 18 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 19 nov. 2021	Autoriza o Poder Executivo a doar ou ceder bens móveis declarados inservíveis ou desnecessários ao serviço público.
<a href="#">Lei n. 20.781, de 16 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 nov. 2021	Altera a Lei nº 20.077, de 18 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2020 a 2023.
<a href="#">Lei n. 20.778, de 16 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 nov. 2021	Dispõe acerca do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social e adota outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.777, de 16 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 nov. 2021	Institui o Regime de Previdência Complementar no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.775, de 16 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 17 nov. 2021	Altera o § 1º do art. 1º da Lei nº 17.992, de 21 de março de 2014, que dispõe sobre o capital social autorizado da SANEPAR.
<a href="#">Lei n. 20.770, de 4 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 nov. 2021	Dispõe sobre a manutenção e disponibilização de banco de dados contendo histórico de informações a respeito de veículos licenciados no Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.769, de 4 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 nov. 2021	Altera a nomenclatura do cargo de Analista de Controle para Auditor de Controle Externo constante nas Leis nº 15.854, de 16 de junho de 2008, nº 16.749, de 29 de dezembro de 2010, nº 17.423, de 18 de dezembro de 2012, e nº 18.691, de 22 de dezembro de 2015
<a href="#">Lei n. 20.762, de 4 de novembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 nov. 2021	Estabelece preceitos e objetivos para apoio e qualificação dos Hospitais Públicos e Filantrópicos do Sistema Único de Saúde do Paraná.

<a href="#">Lei n. 20.747, de 18 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 18 nov. 2021	Institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Programa de Transferência de Renda, nas condições que especifica.
<a href="#">Lei n. 20.745, de 6 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 6 out. 2021	Dispõe sobre a aplicação de dose complementar de imunizante contra a Covid-19 no Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.744, de 6 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 6 out. 2021	Dispõe sobre as regras para a constituição e normas gerais de funcionamento de ambiente regulatório experimental no Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.743, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 out. 2021	Institui o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, e adota outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.742, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 out. 2021	Altera dispositivo da Lei nº 12.945, de 5 de setembro de 2000, que instituiu o Fundo Estadual do Meio Ambiente, conforme especifica.
<a href="#">Lei n. 20.741, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 out. 2021	Altera dispositivos da Lei nº 16.019, de 19 de dezembro de 2008, que instituiu o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais.
<a href="#">Lei n. 20.740, de 5 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 out. 2021	Dispõe sobre as normas pertinentes aos descontos e consignação em folhas de pagamento de servidores civis e militares, ativos e inativos, assim como de Pensionistas de geradores de pensão do Estado do Paraná, e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.739, de 4 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 5 out. 2021	Institui as diretrizes do ensino domiciliar (homeschooling) no âmbito da educação básica no Estado do Paraná.
<a href="#">Lei n. 20.738, de 4 de outubro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 4 out. 2021	Institui o Programa Paraná Mais Verde e dá outras providências.
<a href="#">Lei n. 20.735, de 30 de setembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 1º out. 2021	Altera dispositivo da Lei nº 17.548, de 17 de abril de 2013, que autoriza do Poder Executivo a custear as despesas dos conselheiros integrantes do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Estadual de Assistência Social.
<a href="#">Lei n. 20.733, de 30 de setembro de 2021</a> Publicada no D.O.E. de 1º out. 2021	Dá nova redação ao Anexo Único da Lei nº 18.794, de 25 de maio de 2016, que criou cargos em comissão de livre nomeação e livre exoneração no âmbito da Companhia de Habitação do Paraná.

## 2.4 DECRETOS

<a href="#">Decreto n. 9.989, de 22 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 dez. 2021	Solicitação de Prorrogação de emergência hídrica em todo o Estado do Paraná.
<a href="#">Decreto n. 9.976, de 22 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 dez. 2021	Passa a vigorar com a seguinte reação o art. 42 do Decreto nº 9.879, de 20 de dezembro de 2021 [que regulamenta a lei que instituiu o teletrabalho no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações e dá providências correlatas].
<a href="#">Decreto n. 9.950, de 21 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 21 dez. 2021	Publica a tabela de valores venais para cálculo do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA para o exercício de 2022.

<a href="#">Decreto n. 9.881, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 dez. 2021	Introduz alteração no Decreto nº 12.183, de 28 de dezembro de 2018 [que dispõe sobre crédito de ICMS recebido em transferência, a título de pagamento pelo fornecimento de energia elétrica e gás natural, de estabelecimentos credenciados no Sistema de Controle da Transferência e Utilização dos Créditos Acumulados – SISCREDA].
<a href="#">Decreto n. 9.879, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 dez. 2021	Regulamenta a lei que instituiu o teletrabalho no âmbito da Administração Direta, Autarquias e Fundações e dá providências correlatas.
<a href="#">Decreto n. 9.878, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 dez. 2021	Altera o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Passaúna (APA Estadual do Passaúna), criado pelo Decreto nº 832, de 26 de maio de 1995, e alterado pelo Decreto nº 5.063, de 20 de novembro de 2001 e pelo Decreto nº 8.536, de 20 de dezembro de 2017.
<a href="#">Decreto n. 9.877, de 20 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 dez. 2021	Altera o Zoneamento Ecológico-Econômico da Área de Proteção Ambiental do Piraquara (“APA Estadual do Piraquara”), criado pelo Decreto nº 6.706, de 09 de dezembro de 2002, e alterado pelo Decreto nº 9.021, de 13 de março de 2018.
<a href="#">Decreto n. 9.830, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 15 dez. 2021	Transfere à Procuradoria-Geral do Estado a consultoria jurídica do Departamento de Trânsito do Paraná – DETRAN/PR.
<a href="#">Decreto n. 9.810, de 14 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2021	Regulamenta a cobrança do depósito realizado a título de contrapartida de incentivo ou benefício fiscal, destinado ao Fundo de Recuperação e Estabilização Fiscal do Paraná - FUNREP, de que trata a Lei Complementar nº 231, de 17 de dezembro de 2020.
<a href="#">Decreto n. 9.792, de 14 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 14 dez. 2021	Prorroga até 30 de junho de 2022 o prazo de vigência do Decreto nº 4.319, de 23 de março de 2020, prorrogado pelos Decretos nº 6.543, de 15 de dezembro de 2020 e nº 7.899, de 14 de junho de 2021, de estado de calamidade pública para fins de enfrentamento e resposta ao desastre de doenças infecciosas virais causado pela epidemia do Coronavírus – COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 9.744, de 9 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 9 dez. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.747 de 18 de outubro de 2021, que cria o Programa Estadual de Transferência de Renda.
<a href="#">Decreto n. 9.716, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 7 dez. 2021	Retifica o inciso I do art. 1º do Decreto nº 9.606, de 1º de dezembro de 2021.
<a href="#">Decreto n. 9.713, de 7 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 7 dez. 2021	Introduz alterações no Decreto nº 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre o Programa Paraná Competitivo.
<a href="#">Decreto n. 9.674, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 6 dez. 2021	Altera o Decreto nº 7.868, de 9 de junho de 2021, que dispõe sobre a regulamentação do Auxílio Emergencial para Microempresas e Microempreendedores Individuais a que se refere a Lei nº 20.583, de 26 de maio de 2021.
<a href="#">Decreto n. 9.672, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 6 dez. 2021	Altera o Decreto nº 8.249, de 21 de novembro de 2017, que dispõe sobre o cadastramento de entidades paranaenses, sem fins lucrativos, no Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná.
<a href="#">Decreto n. 9.670, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 6 dez. 2021	Regulamenta a ordem cronológica dos pagamentos efetuados no âmbito do Estado do Paraná, relativos ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços.

<a href="#">Decreto n. 9.666, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 6 dez. 2021	Estabelece os Índices de Participação dos Municípios (IPM) paranaenses no produto da arrecadação do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, para o exercício de 2022.
<a href="#">Decreto n. 9.621, de 3 de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 3 dez. 2021	Regulamenta o artigo 18-C, da Lei nº 17.734, de 29 de outubro de 2013, que institui a Ação Recomeça Paraná no âmbito do projeto complementar Nossa Gente Paraná – Qualificação Profissional e dá outras providências.
<a href="#">Decreto n. 9.606, de 1º de dezembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 1º dez. 2021	Fixa critérios para a concessão do benefício da tarifa social para família de baixa renda – Programa Água Solidária.
<a href="#">Decreto n. 9.551, de 25 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 25 nov. 2021	Acresce os §§ 1º e 2º ao art. 11 do Decreto nº 7.300, de 13 de abril de 2021 [que estabelece regras e diretrizes para elaboração e encaminhamento de propostas de decretos e de anteprojetos de lei ao Chefe do Poder Executivo pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual].
<a href="#">Decreto n. 9.539, de 22 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 nov. 2021	Divulga o calendário de feriados e estabelece os dias de recesso e de ponto facultativo do ano de 2022, para cumprimento pelos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo dos serviços considerados essenciais.
<a href="#">Decreto n. 9.518, de 22 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 22 nov. 2021	Institui o Programa Estadual de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado, denominado Paraná Produtivo.
<a href="#">Decreto n. 9.319, de 8 de novembro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 8 nov. 2021	Altera o art. 7º do Decreto nº 2.069, de 03 de agosto de 2015, que dispõe sobre o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado do Paraná, de que trata a Lei nº 18.451, de 06 de abril de 2015.
<a href="#">Decreto n. 9.224, de 29 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 29 out. 2021	Promove alterações no Decreto nº 8.705, de 14 de setembro de 2021, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 9.222, de 28 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 28 out. 2021	Retifica o parágrafo único do art. 8º do Decreto nº 8.968 de 06 de outubro de 2021.
<a href="#">Decreto n. 9.220, de 28 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 28 out. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.740, de 05 de outubro de 2021.
<a href="#">Decreto n. 9.206, de 27 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 27 out. 2021	Dispõe sobre as normas para utilização de aeronaves sob a responsabilidade da Casa Militar da Governadoria.
<a href="#">Decreto n. 9.185, de 26 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 26 out. 2021	Altera e acrescenta os dispositivos que especifica no Decreto nº 6.474, de 14 de dezembro de 2020, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Administração Pública Estadual direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo do Estado do Paraná.
<a href="#">Decreto n. 9.108, de 20 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 20 out. 2021	Promove alterações no anexo ao Decreto nº 5810, de 28 de setembro de 2020 e revoga o Decreto nº 6475, de 14 de dezembro de 2020, que trata da regulamentação do Fundo Estadual do Meio Ambiente - FEMA.

<a href="#">Decreto n. 9.100, de 18 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 18 out. 2021	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de realizar estudos acerca da reorganização e reformulação da gestão do sistema prisional e penitenciário do Estado do Paraná, com a execução de serviços auxiliares instrumentais ou acessórios de forma indireta.
<a href="#">Decreto n. 9.095, de 15 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 15 out. 2021	Promove alterações no Decreto nº 8.705, de 14 de setembro de 2021, que estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia da COVID-19.
<a href="#">Decreto n. 9.090, de 15 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 15 out. 2021	Regulamenta a Lei nº 20.634, de 6 de julho de 2021, que institui o Programa Retoma Paraná, destinado a viabilizar aos contribuintes em recuperação judicial ou extrajudicial ou em regime falimentar, nos termos da Lei Federal nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, condições mais benéficas para quitação de seus débitos tributários.
<a href="#">Decreto n. 8.968, de 6 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 6 out. 2021	Institui diretrizes para a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Estadual e de outras instituições.
<a href="#">Decreto n. 8.937, de 4 de outubro de 2021</a> Publicado no D.O.E. de 4 out. 2021	Dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná às campanhas “Race to Zero” e “Race to Resilience”, no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima.

### 3 NORMAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ

#### 3.1 RESOLUÇÕES

<a href="#">Resolução n. 90, de 10 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 15 dez. 2021	Dispõe sobre alterações da Resolução nº 41, de 19 de dezembro de 2013.
<a href="#">Resolução n. 89, de 1º de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 6 dez. 2021	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.
<a href="#">Resolução n. 88, de 1º de outubro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 6 out. 2021	Dispõe sobre alterações do Regimento Interno.

#### 3.2 INSTRUÇÕES NORMATIVAS

<a href="#">Instrução Normativa n. 169, de 8 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 10 dez. 2021	Estabelece o escopo e dispõe sobre o processo de análise para as Prestações de Contas Anuais dos Municípios do Estado do Paraná, do exercício financeiro de 2021, compreendendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas administrações direta e indireta, Consórcios Intermunicipais, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas de Direito Privado - inclusive Entidades Fechadas de Previdência Complementar, e dá outras providências.
<a href="#">Instrução Normativa n. 168, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 9 dez. 2021	Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise das Prestações de Contas das Entidades Estaduais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, relativas ao exercício de 2021, nos termos dos arts. 220 a 223 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.

<a href="#">Instrução Normativa n. 167, de 6 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 9 dez. 2021	Dispõe sobre o encaminhamento e estabelece o escopo de análise da Prestação de Contas do Chefe do Poder Executivo Estadual, relativa ao exercício de 2021, nos termos dos arts. 211 a 214 do Regimento Interno do Tribunal de Contas, e dá outras providências.
<a href="#">Instrução Normativa n. 166, de 10 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 16 nov. 2021	Dispõe sobre a Agenda de Obrigações Municipais para o exercício financeiro de 2022, a ser observada pela Administração Direta e Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios do Estado do Paraná.
<a href="#">Instrução Normativa n. 165, de 4 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 8 nov. 2021	Institui o Plano Estratégico do Tribunal de Contas do Estado do Paraná para o período de 2022 a 2027, na forma do Anexo desta Instrução Normativa.

### 3.3 INSTRUÇÕES DE SERVIÇO

<a href="#">Instrução de Serviço n. 150, de 22 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 25 nov. 2021	Dispõe sobre a criação do subassunto Ouvidoria nos processos do assunto Requerimento Externo, com alteração da Instrução Normativa nº 82, de 20 de dezembro de 2012.
---	--

### 3.4 PORTARIAS SELECIONADAS

<a href="#">Portaria n. 1.060, de 15 de dezembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 16 dez. 2021	Dispõe sobre o fim do período de vigência do teletrabalho especial imposto pela pandemia da Covid-19 no âmbito do Tribunal de Contas.
<a href="#">Portaria n. 998, de 24 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 26 nov. 2021	Dispõe sobre a continuidade do retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Contas.
<a href="#">Portaria n. 975, de 17 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 19 nov. 2021	Revoga a Portaria nº 196/20, de 21 de março de 2020, que dispõe “sobre os prazos aplicáveis às obrigações perante este Tribunal durante as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus - COVID19, e dá outras providências”.
<a href="#">Portaria n. 976, de 16 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 19 nov. 2021	Aprova, nos termos do artigo 16, inciso XXXIX, do Regimento Interno, o Calendário Oficial deste Tribunal de Contas para o exercício de 2022, em anexo, com a indicação das datas de suspensão de expediente, conforme feriados e recessos previstos.
<a href="#">Portaria n. 969, de 10 de novembro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 12 nov. 2021	Dispõe sobre a continuidade do retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Contas.
<a href="#">Portaria n. 945, de 28 de outubro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 29 out. 2021	Dispõe sobre a continuidade do retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Contas.
<a href="#">Portaria n. 907, de 14 de outubro de 2021</a> Publicada no D.E.T.C. de 15 out. 2021	Dispõe sobre a continuidade do retorno gradual e seguro das atividades presenciais no âmbito do Tribunal de Contas.